



Contextus – Revista Contemporânea de
Economia e Gestão
ISSN: 1678-2089
revistacontextus@ufc.br
Universidade Federal do Ceará
Brasil

Oliveira Araújo, Aneide; Pereira Ramos, Maria da Conceição
LIMITAÇÕES DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE PARA ANÁLISES CUSTO-
BENEFÍCIO DE AÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão, vol. 13, núm. 1, enero-abril,
2015, pp. 132-155
Universidade Federal do Ceará
Santiago, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570765352007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

LIMITAÇÕES DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE PARA ANÁLISES CUSTO-BENEFÍCIO DE AÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

SUSTAINABILITY REPORTING'S CONSTRAINTS TO COST-BENEFIT ANALYSIS FOR SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACTIONS

LIMITACIONES DE LOS INFORMES DE SOSTENIBILIDAD ANÁLISIS DE COSTO-BENEFICIO DE ACCIÓN SOCIAL Y AMBIENTAL

Aneide Oliveira Araújo

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo; Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
aneide.ufrn@gmail.com

Contextus

ISSN 2178-9258

Organização: Comitê Científico Interinstitucional

Editor Científico: Marcelle Colares Oliveira

Avaliação : Double Blind Review pelo SEER/OJS

Revisão: Gramatical, normativa e de formatação

Recebido em 25/04/2014

Aceito em 18/11/2014

2^a versão aceita em 16/01/2015

3^a versão aceita em 19/01/2015

4^a versão aceita em 02/02/2015

Maria da Conceição Pereira Ramos

Doutora em Ciência Econômica pela Universidade de Paris I, Sorbonne, França; Professora na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal.
cramos@fep.up.pt

RESUMO

Este trabalho examina a contribuição dos relatórios de sustentabilidade para a análise de custos e benefícios das ações das empresas sustentáveis. Para tanto, analisou-se o conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade 2011 e 2012, respectivamente, das empresas Vale do Rio Doce S.A e Portugal Telecom S.A. O estudo evidencia que ambos os relatórios demonstram o compromisso e o envolvimento dessas empresas com a responsabilidade social corporativa, a observância das instruções de elaboração do relatório pela *Global Reporting Initiative* (GRI), mas não oferecem subsídios a uma análise custo-benefício das ações ambientais e sociais. Apesar das iniciativas em prol de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade (econômica, social e ambiental), essa realidade chama a atenção para os esforços a desenvolver nas práticas empresariais em termos de educação, comunicação e contabilidade econômica, social e ambiental, para a melhoria dos instrumentos de gestão da sustentabilidade e a aplicação efetiva da responsabilidade social corporativa.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Social. Ambiental. Econômica. Análise Custo-Benefício.

ABSTRACT

This paper examines the contribution of sustainability reports to analyze the costs and benefits of sustainable enterprises' actions. Therefore, there was a content analysis of Vale do Rio Doce S.A. and Portugal Telecom S.A. Sustainability Reports in 2011 and 2012, respectively. The study shows that both reports clearly demonstrate the commitment and involvement of these companies with social responsibility corporate, compliance with the instructions of the report by the Global Reporting Initiative (GRI), but do not offer subsidies to a cost-benefit analysis of environmentally and socially sustainable actions. Despite the development initiatives grounded in sustainability (economic, social and environmental), this fact draws attention to the efforts in developing business practices in education, communication and economic accounts, social and environmental toward the improvement of sustainability management instruments and effective implementation of corporate social responsibility.

Keywords: Social. Environmental. Economic. Sustainability. Cost-benefit analysis

RESUMEN

Este artículo examina la contribución de los informes de sostenibilidad para analizar los costos y beneficios de las acciones de empresas sostenibles. Por lo tanto, hubo un análisis de contenido de los informes de sostenibilidad en 2011 y 2012, respectivamente, de la empresa Vale do Rio Doce SA y Portugal Telecom SA. El estudio muestra que los dos informes demuestran claramente el compromiso y la participación de estas empresas con la responsabilidad social de las empresas, el cumplimiento de las instrucciones para la redacción del informe de la Global Reporting Initiative (GRI), pero no ofrecen subsidios a un análisis de costo-beneficio de las acciones medioambientales y socialmente sostenible. A pesar de las iniciativas hacia un desarrollo guiado en la sostenibilidad (económica, social y ambiental), esta realidad apunta a los esfuerzos para desarrollar las prácticas empresariales en materia de educación, la comunicación y la contabilidad económica, social y ambiental para la mejora de la instrumentos de gestión de la sostenibilidad y la aplicación efectiva de la responsabilidad social corporativa.

Palabras clave: Sostenibilidad. Social. Ambiental. Económica. Análisis Costo-beneficio

1 INTRODUÇÃO

A questão da sustentabilidade está presente nas discussões dos estudiosos sobre o desenvolvimento econômico e social desde épocas remotas. Mesmo antes da escola do pensamento econômico clássico, segundo Bürgenmeier (2005), a ciência econômica tem contribuído para tornar operacional o conceito de *desenvolvimento sustentável*, procurando articular, de forma equilibrada, o

crescimento econômico com a equidade social e a proteção ambiental.

As questões de ecoeficiência, ética nos negócios, sustentabilidade e cidadania fazem parte, cada vez mais, das discussões e da gestão quotidiana das organizações, mas há ainda muito a fazer, especialmente, nos domínios da comunicação social e ambiental, da educação, da formação e da gestão (RAMOS, 2012), apesar das organizações utilizarem, cada vez mais, a comunicação através dos seus relatórios anuais como forma de influenciar a

percepção da sociedade quanto à suas operações (DEEGAN, 2002). A comunicação dos resultados não financeiros ganhou importância fundamental para o sucesso das empresas, sendo os relatórios de sustentabilidade um instrumento essencial. A discussão sobre a qualidade e a confiabilidade dos relatórios não financeiros das empresas tornou-se claramente um tema de pesquisa, sobretudo na gestão, nomeadamente na gestão ambiental (KOLK, 2004; GUTHRIE; ABEYSEKERA, 2006; JENKINS; YAKOVLEVA, 2006; DAUB, 2007; GUENTHER *et al.*, 2007).

Tem-se observado uma maior preocupação em associar a existência de práticas de responsabilidade social corporativa ao desempenho no mercado financeiro, por meio de índices como o *Dow Jones de Sustentabilidade* (DJS) ou mesmo o *Índice de Sustentabilidade Empresarial* (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), entre outros, em diversos países.

Demonstrar para os acionistas e parceiros sociais o valor da empresa tem encorajado organismos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), a promover a implementação e aprimoramento dos Relatórios de Sustentabilidade, de modo a proporcionar a

necessária transparência e *accountability* empresarial.

Melo, Almeida e Santana (2012) estudaram 20 empresas do setor da celulose listadas na BOVESPA e constataram que, em 2010, as que tiveram os melhores indicadores financeiros foram justamente as que fizeram parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por 50 empresas dentre as 150 de maior liquidez da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), e que são social e ambientalmente responsáveis. No entanto, Segantini (2012) estudou os relatórios de sustentabilidade de 10 empresas pertencentes ao ISE, de 2005 a 2010, e não encontrou evidências contábeis das ações socialmente responsáveis. Como demonstrar, então, que é possível alinhar as três dimensões da sustentabilidade – social, ambiental e econômica – para gerar valor para o dono do capital? Nesse sentido, a questão que orienta o presente estudo é: os relatórios de sustentabilidade proporcionam a análise custo-benefício das ações sócioambientais?

Entende-se como necessário reconhecer e evidenciar os gastos que são atribuíveis às ações sociais e ambientais, de modo a permitir investigar uma possível relação de causa e efeito entre custos e benefícios da empresa sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. Tendo as pequenas e médias empresas os

seus próprios desafios, e levando em conta as suas peculiaridades, são necessárias abordagens especiais para envolvê-las nesse processo (UNCTAD, 2012).

O objetivo deste estudo é identificar a contribuição dos relatórios de sustentabilidade para análise de custos e benefícios das ações das empresas, levando em conta os três pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social. Nesse sentido, pretende-se evidenciar os elementos de natureza financeira contidos nos relatórios que podem ser associados às ações desustentabilidade relatadas. Espera-se, assim, contribuir para melhorar a compreensão da capacidade de geração de valor que vai além da imagem organizacional e que se apoia na obtenção de economias operacionais e na melhoria de produtividade.

O trabalho está estruturado em seis seções. Esta primeira, em que se contextualiza o problema do estudo e se define o seu objetivo; a segunda, que apresenta os fundamentos teóricos que embasam a coleta e interpretação dos elementos que propiciam a resposta à questão de pesquisa; a terceira, que descreve o proceder metodológico; a quarta, que apresenta os aspectos analisados; a quinta, onde se apresenta as considerações finais; e a sexta, em que

estão listadas as referências utilizadas para o estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção são discutidos os conceitos teóricos que dão suporte à análise de relatórios de sustentabilidade, recorrendo-se aos fundamentos da Ciência Econômica, que, desde os primórdios, preocupa-se com a utilização racional e conservação dos recursos naturais, a promoção do bem estar social e as formas de mensuração dos eventos ligados à sustentabilidade empresarial, uma alternativa de divulgação que tem se popularizado, procurando adequar os métodos de mensuração ao modelo de desenvolvimento aliado à conservação do meio ambiente e à responsabilidade social.

2.1 Economia e sustentabilidade

As preocupações de economia e sustentabilidade estão por trás de iniciativas de caráter supranacional, como a estratégia “Europa 2020”, da Comissão Europeia (CE, 2010), a *Green Economy Initiative*, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e a *Green Growth Strategy*, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2011). O crescimento sustentável tornou-se uma das principais bandeiras políticas da União Europeia e

dos países da OCDE. De acordo com Bürgenmeier (2005), o conceito de desenvolvimento sustentável é discutido, desde a sua origem, num processo de negociação entre organismos internacionais no seio da ONU. As diversas estratégias de implementação, características das etapas de evolução do pensamento que as orientou, culminaram na compreensão da integração das dimensões econômica, ecológica e social e tentativas de modelização econômica. Os seus fundamentos teóricos são analisados à luz da evolução do pensamento econômico em relação ao ambiente natural desde a escola pré-clássica de François Quesnay, em 1758, até à escola heterodoxa.

Na escola clássica, segundo Bürgenmeier (2005), Adam Smith, em *An Inquiry into the Nature and Causes of Wealth of Nations* (1776), defendia a existência de uma “mão invisível” e de uma exigência moral para que o mercado fosse colocado ao serviço do interesse geral. David Ricardo defendia o direito de propriedade sobre a terra, um bem ambiental por excelência. Thomas Malthus chamou a atenção para o fato de que a existência de um crescimento populacional exponencial e um crescimento econômico linear resultaria na redução do produto por habitante. Stuart Mill defendia a intervenção do Estado no funcionamento do mercado, para corrigi-lo, enquanto

Sismondi sustentava a manutenção de uma atividade agrícola que oferecesse condições dignas para a população rural. Esses autores consideravam o mercado imperfeito e advogavam a intervenção do Estado, de modo a reduzir a pressão da produção intensiva em detrimento da qualidade de vida, preocupação que aparece, essencialmente, na proteção do ambiente.

As reflexões a respeito das teorias desses clássicos demonstram uma estreita relação entre os mecanismos de mercado e os problemas ambientais os quais fundamentam o conhecimento que dá suporte à economia do ambiente, ou economia ecológica, a qual se desenvolveu desde o início dos anos 1980, num esforço para a gestão da sustentabilidade. A economia ecológica leva em conta todos os custos (não apenas os monetários) do crescimento da produção material e introduz novos indicadores e índices de sustentabilidade da economia (DALY; FARLEY, 2004; MARTINEZ-ALIER, 2007). Há necessidade de novos indicadores de sustentabilidade capazes de avaliar a qualidade de vida e do ambiente e o desempenho econômico (FAUCHEUX; O'CONNOR, 1998; VEIGA, 2010). No relatório *Towards Green Growth* (2011), a OCDE define os indicadores de “crescimento verde” baseando-se em quatro objetivos: estabelecer uma

economia eficiente com baixos níveis de carbono; manter uma base de ativos naturais; aumentar a qualidade de vida; e aplicar políticas apropriadas, aproveitando as oportunidades do “crescimento verde”.

A escola neoclássica caracteriza-se pela comparação entre custos e benefícios, com base no princípio da racionalidade ou da utilidade marginal, enquanto o pensamento econômico heterodoxo contribui para a construção da visão holística, através da corrente institucional que incorpora os aspectos comportamentais, as considerações éticas da escala de necessidades de Maslow e a escola sociológica.

A noção da sustentabilidade tem, obrigatoriamente, raízes nas reflexões de duas disciplinas científicas, a ecologia e a economia. Essas disciplinas tentam abrir-se uma à outra, procurando uma abordagem ecológica em que se misturam visão naturalista, ecologia global e concepção crítica e alargada dos fenômenos econômicos, numa abordagem holística e sistêmica (VIVIEN, 1994; SCHWARTZ, 2005). Assim, podemos qualificar de sustentável “todo o processo de transformação humana ou material que garante reprodução, sobrevivência e melhor qualidade de vida num horizonte temporal longo, pelo qual também a economia terá de ser sustentável, sendo o social um dos seus atributos intrínsecos, de

modo a gerir, permanentemente, a inclusão” (RAMOS, 2012, p. 28).

Segundo Savitz e Weber (2007, p.63), na “era da responsabilidade” que se inicia na década de 1990 e que desperta responsabilidades na comunidade empresarial, é crescente a procura por *Investimentos Socialmente Responsáveis* (ISR) - grifo do autor - em face de “pesquisas demonstrando que as empresas com bons antecedentes sociais tendiam a superar o desempenho das que negligenciavam os aspectos sociais”. Para Porter e Van der Linde (1995), os gestores devem reconhecer a melhoria ambiental como uma oportunidade econômica e competitiva e não como um custo ou uma ameaça. Para esses autores, programas ambientais bem delimitados podem desencadear inovação, baixar o custo do produto e melhorar o seu valor.

Enquist, Johnson e Skalen (2006) entendem a responsabilidade social das empresas como a introdução voluntária de iniciativas sociais e ambientais na tomada de decisão das companhias e na interação com os *stakeholders*. Eles podem exercer pressões para que a empresa pratique e adote ações socialmente responsáveis. De acordo com Porter e Kramer (2006), quando esforços conjuntos são empreendidos, há não somente oportunidade de criações econômicas e ações de desenvolvimento social, como se

altera também o modo como empresa e sociedade se vêm uma à outra, possibilitando uma forma de responsabilidade social integrada. Na mesma direção, vai o Livro Verde da Comissão Europeia (2001, p.4) ao definir responsabilidade social como uma contribuição voluntária das empresas “para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”. O conceito de “responsabilidade social” surge muitas vezes como sendo equivalente ao de “desenvolvimento sustentável”.

Na procura de uma melhoria sistêmica planetária, os autores do livro *Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações* (GUEVARA et al., 2009) salientam que, além das questões relacionadas com o contexto das organizações, é necessário um repensar sistêmico que transcenda a visão individual e apelem à necessidade de um desenvolvimento sustentável local e global.

2.2 Medição de ações relacionadas à sustentabilidade social e ambiental

A valoração de custos e de benefícios ambientais pode ser requerida para análise de projetos ou mesmo pelo sistema judiciário para atribuição de reparos ou indenizações pelos impactos ambientais, requerendo habilidade de medição uniforme de aspectos heterogêneos, demandando da economia

neoclássica o desenvolvimento de técnicas sofisticadas de valoração em termos monetários (MUELLER, 2007).

Para tanto, alguns instrumentos da análise neoclássica têm sido utilizados, baseados no conceito de excedentes do consumidor e do produtor, noção de disposição a pagar e de disposição a receber, bem como de eficiência econômica das teorias de equilíbrio geral e de bem-estar social. De acordo com Mueller:

Para a economia ambiental neoclássica, por si sós a natureza e o meio ambiente nada valem; eles têm importância apenas se exercerem impactos, em termos de utilidade, de bem-estar, sobre os indivíduos em sociedade. E são esses impactos que se procura mensurar em termos monetários. (MUELLER, 2007, p. 396)

Assim, têm sido utilizados, para valoração, o preço de mercado e, na ausência dele, a estimativa, levando-se em conta as mudanças de produtividade causadas pela alteração ambiental, noções de custo de oportunidade, capital humano, custos de restauração, além de preços hedônicos, tais como preço de propriedade e diferencial de salários (MUELLER, 2007).

Entende-se, portanto, que ao se propor gerar informação relevante para o processo de análise de custos e benefícios de projetos sociais e ambientais, bem como alinhar as estratégias a eles relacionadas

com as estratégias globais da empresa e, consequentemente, definir os indicadores pelos quais o desempenho será avaliado, é necessário lançar mão do grande banco de dados que é a contabilidade, além de instrumentos de estimação propiciados pela economia.

A dificuldade de avaliação monetária é discutida tanto sob a ótica da subjetividade ou juízo de valor em relação à natureza quanto pela dificuldade de definir quem é o poluidor, seja quem produz, seja quem consome o produto, considerando o princípio do utilizador-pagador (LASLO, 2003).

Face à nova ética empresarial planetária, tem-se colocado cada vez mais ênfase na necessidade de adoção de condutas social e ambientalmente sustentáveis que não podem ser desvinculadas da sustentabilidade econômica do capital (CRANE *et al.*, 2008). Trata-se, assim, de desenvolver competências de mensuração e conversão em fluxos financeiros, positivos ou negativos, dos valores e responsabilidades que impactam o ambiente e a sociedade de modo que todos os *stakeholders*, ou parceiros sociais, assim como os *shareholders*, ou donos do capital, possam avaliar o desempenho das organizações e pautar as suas decisões.

De acordo com Laslo (2003, p. 140), “os parceiros sociais representam,

cada vez mais, uma fonte potencial de valor ou de risco oculto para o futuro do negócio”; por isso, é necessário dotá-los de informações claras e consistentes com os critérios de escolhas dos diversos atores na consolidação de uma economia orientada para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o autor enfatiza a necessidade de “desenvolvimento de competências estratégicas, financeiras e de medição para integrar os impactos dos parceiros sociais na capacidade da empresa em libertar valor”. (LASLO, 2003, p. 144)

Rico (2006, apud NEVES; MARTINEZ; NOSSA, 2012) explica que o investimento social privado merece um tratamento similar a outros investimentos, requerendo, portanto, a mensuração dos seus impactos em relação aos objetivos pretendidos.

O desafio que se avizinha para a área financeira é captar esses impactos, traduzi-los monetariamente e integrá-los nos modelos de avaliação de desempenho, tais como o *Balanced Scorecard* (BSC). Ou seja, os gestores precisam estar dotados de informações que lhes permitam projetar e acompanhar os custos e benefícios dos projetos socialmente responsáveis em termos absolutos e relativos aos parceiros sociais.

Laszlo (2003) assinala os níveis de atividade estratégica e ganhos percebidos pelas empresas que podem orientar uma

tentativa de mensuração e evidenciação desses impactos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Níveis de atividade estratégica, fontes de valor e ganhos percebidos pelas empresas

Atividade estratégica	Fontes de valor	Ganhos ou avanços percebidos pelas empresas
Conjuntura do negócio	Trabalhar para mudar a regulamentação, as práticas da indústria, ou outras regras do jogo.	Redução dos riscos
Marca/cultura	Rendimentos crescentes, quota de mercado, e preços das ações com uma identidade sustentada, cultural e de marca.	Redução dos custos nos processos de trabalho
Mercado	Penetração de novos mercados e desenvolvimento de novos negócios baseados na sustentabilidade.	Eliminação de desperdícios e da melhoria de energia. Diferenciação de produtos ou da marca
Processo de trabalho	Diferenciação do produto para ir ao encontro das necessidades do cliente por atributos sociais e ambientais.	Mudanças do contexto de novos mercados e negócios.
Produto	Redução de energia, desperdícios, ou outros custos de processos de trabalho e melhoria da qualidade do serviço.	Eliminação de desperdícios e da melhoria de energia. Diferenciação de produtos ou da marca
Risco	Gestão de riscos orientada pelo cumprimento das normas.	Mudanças do contexto de novos mercados e negócios.

Fonte: Adaptado de Laszlo (2003).

A partir da compreensão dos ganhos e avanços proporcionados pelas estratégias, é necessário rastrear e mensurar os impactos presentes e futuros, nos parceiros sociais, para uma avaliação

por padrões objetivos e absolutos conforme o sugerido por Laszlo (2003) na Matriz de problemas e impactos de parceiros sociais apresentada no Quadro 2.

Quadro 1 - Matriz de problemas e impactos de parceiros sociais

Parceiros sociais	Interesses e problemas dos parceiros sociais	Impactos da empresa no valor dos parceiros sociais	Impactos dos parceiros sociais no valor do acionista
Comunidades		+ -	+
Ambiente		+ -	+
Governo		+ -	+
Clientes		+ -	+
Empregados		+ -	+
Parceiros do negócio		+ -	+
Outros		+ -	+

Fonte: Laszlo (2003).

Como membro do sistema social, a empresa precisa entender a magnitude e a

direção (positiva ou negativa) dos efeitos das suas ações, e, sendo estas mantidas

com o sacrifício de recursos colocados à disposição da entidade, aqueles precisam ser mensurados para uma adequada análise custo-benefício das ações.

2.3 Importância, Vantagens e Limitações dos Relatórios de Sustentabilidade

Os Relatórios de Sustentabilidade constituem o meio pelo qual as empresas comunicam aos seus *stakeholders* as ações que tenham desenvolvido em determinado período relacionadas à sustentabilidade ambiental e social que praticam. Diversos estudiosos e organismos internacionais têm-se debruçado sobre a promoção da eficácia desse instrumento de comunicação entre a empresa e a sociedade, discutindo a importância, métodos de mensuração dos eventos, modo de apresentação dos resultados, dentre outras questões que afetam a sua elaboração e divulgação. Cada empresa opta pelo canal de comunicação que considera mais eficaz para aceder aos seus diferentes *stakeholders* ZEGHAL e AHMED,1990).

De acordo com Laslo (2003), a despeito da grande controvérsia quanto à validade do valor para o acionista, enquanto indicador para o desempenho econômico, social e ambiental de uma empresa, ele poderia ser consolidado se, de fato, fossem incluídos, de forma transparente e objetiva, os verdadeiros

rendimentos e custos da sustentabilidade. Além disso, segundo Neves, Martinez e Nossa (2012), no Brasil, uma empresa socialmente responsável, enquadrada no lucro real, pode auferir ganhos sabendo o que pode usufruir em termos de economia fiscal. Para Murphy e Mcgrath (2013), parte das motivações para que as empresas divulguem relatórios sociais é para evitar sanções financeiras associadas, propondo a teoria da dissuasão e prevenção como uma motivação da empresa.

Sob essa perspectiva, reconhece-se que as relações com parceiros sociais, portadores de oportunidades e riscos para as empresas, requerem competências essenciais financeiras, estratégicas e de medida, de modo a ajudar a integrar valores e impactos das políticas para a geração de valor. Essa avaliação tem ocorrido por meio de variáveis qualitativas e quantitativas, mas que não apresentam o mesmo rigor e objetividade das variáveis financeiras que, embora sujeitas a interpretações variadas, tendem a convergir para uma forma de medição de mercado acerca do sentido de criação ou destruição de valor (LASLO, 2003).

Conforme consta do parágrafo 47 do documento *The Future We Want* desenvolvido na Rio +20 pela Organização das Nações Unidas (ONU):

We acknowledge the importance of corporate sustainability reporting and encourage companies,

where appropriate, especially publicly listed and large companies, to consider integrating sustainability information into their reporting cycle. We encourage industry, interested governments as well as relevant stakeholders with the support of the UN system, as appropriate, to develop models for best practice and facilitate action for the integration of sustainability reporting, taking into account the experiences of already existing frameworks, and paying particular attention to the needs of developing countries, including for capacity building. (UN, 2012, p. 7)

Essa decisão foi reforçada pela criação do *Group of Friends of Paragraph 47 On Corporate Sustainability Reporting*, no qual o Brasil, a Dinamarca, a França e a África do Sul se comprometeram a adotar as decisões contidas no referido parágrafo (UNCTAD, 2012). Entende-se, assim, que um relatório sobre sustentabilidade evidencia informações significativas a respeito dos impactos e desempenhos econômicos, sociais, ambientais e de administração ou gestão de uma empresa, uma vez que se constitui um modo-chave de assumir e demonstrar a responsabilidade corporativa e valor a longo prazo, ou seja, um comportamento transparente e ético que contribui para o desenvolvimento sustentável (UNCTAD, 2012).

A transparência e *accountability* empresarial são elementos-chave para o bom funcionamento da economia de mercado, contribuindo a elaboração de relatórios de sustentabilidade padronizados para avaliar os impactos do setor

empresarial e encorajar práticas sustentáveis (UNCTAD, 2012). Segundo Ribeiro (2006), é necessário ir além do adaptar-se às mudanças, melhorar o processo produtivo, implementar a qualidade ambiental e demonstrar o que tem sido feito. Um estudo da KPMG (2011) assinala os benefícios para as empresas com a publicação do relatório de sustentabilidade: melhorias no desempenho e reputação; ganho de confiança de investidores e instituições financeiras; cumprimento de exigências internas e externas, etc.

De acordo com Clemente e Lunardi (2012, p. 91), pesquisar sobre:

Análise do tipo de informação apresentada, bem como sua qualidade, uniformidade, clareza e confiabilidade, determinante para fortalecer a confiança dos investidores e do restante de usuários na informação fornecida pelas empresas socialmente responsáveis.

Segundo Gomes (2012, p.12), “é necessário explicar e divulgar o valor acrescentado que todas as outras áreas trazem à sustentabilidade interna e externa de uma empresa, nomeadamente nos parâmetros humanos e naturais.” Explicando-se, desse modo, o crescente interesse pela qualidade e quantidade da informação que está sendo produzida.

Assim, é natural que diversas tentativas de padronização dos relatórios de sustentabilidade venham sendo

propostas, no sentido de promover a oportunidade de comparação entre os diversos empreendimentos, bem como a acessibilidade aos mais diversos grupos de interesses. No entanto, alguns estudos já identificam também interesse dos próprios gestores dos empreendimentos por demonstrativos que os auxiliem no acompanhamento das metas estratégicas e correspondente avaliação de desempenho, conforme Beja (2005, apud GOMES, 2012).

Desde 1997, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da *Global Reporting Initiative* (GRI), tem promovido a melhoria da qualidade desses demonstrativos, difundindo diretrizes para elaboração a todas as organizações que o desejem. No entanto, ainda não existe um modelo único de apresentação, muito embora se observem algumas iniciativas de obrigatoriedade por parte de segmentos específicos, como por exemplo o de Energia Elétrica no Brasil, conforme Clemente e Lunardi (2012).

Para Segantini (2012), a evidenciação das ações ambientais e sociais, no Brasil, decorrem de instruções institucionais, tais como a Orientação nº 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBCT-15) editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Desse modo, à luz das definições

do GRI, afirma-se que “o objetivo do relatório da sustentabilidade é apresentar os impactos econômicos, ambientais e sociais da organização”, podendo ou não integrar as demonstrações contábeis. (SEGANTINI, 2012, p. 44)

Em Portugal, de acordo com Gomes (2012, p.34), “as empresas de maior dimensão são responsáveis por uma maior quantidade e qualidade de informação ambiental e social divulgada, preocupação justificada face ao enquadramento legal a que estão sujeitas, visibilidade e pressão pública.” No entanto, na percepção dos Técnicos Oficiais de Contas, trata-se de um tema pouco desenvolvido no país e que poucas empresas estão preocupadas com ele.

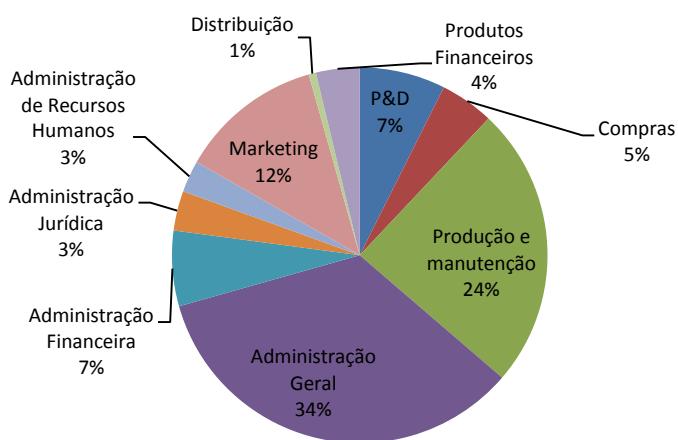
Um estudo que procurou identificar impactos internos e externos da elaboração dos relatórios de sustentabilidade por parte das empresas que os produzem em Portugal constatou que, “comparativamente com as informações ambientais e sociais, a informação econômico-financeira não foi considerada tão relevante nesses relatórios” (MENDES; SARDINHA, 2009, p. 22). Para a amostra das empresas analisadas, “as respostas indicam que os relatórios de sustentabilidade parecem ser considerados mais uma ferramenta de marketing e de comunicação e menos uma ferramenta direta de valorização econômica ou de

mercado" (MENDES; SARDINHA, 2009, p. 20).

No estudo realizado em 10 das empresas listadas no ISE 2011, Segantini (2012) constatou que as informações

evidenciadas estão, principalmente, associadas às funções gerenciais: Administração geral, Produção e Manutenção e *Marketing*, conforme demonstra a Figura 01.

Figura 1 - Evidenciação das condutas ambientais das empresas listadas no ISE



Fonte: Segantini (2012).

Além disso, há predominância de informações qualitativas e ausência de padrões na divulgação das informações, não sendo possível concluir a respeito da existência de uma associação entre as condutas ambientais e o desempenho econômico das empresas da amostra. (SEGANTINI, 2012)

Alguns autores assinalam a falta de credibilidade dos relatórios de sustentabilidade, dada a não obrigatoriedade da sua verificação e a falta de investigação na análise dos processos da sua criação (O'DWYER *et al.*, 2011).

2.4 Índice de Sustentabilidade Empresarial

Trata-se de "uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa", cujo objetivo é "criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações" (BM&FBOVESPA, 2013).

Criado em 2005 pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), é composto por 51 ações de 37 empresas, que representam 16 setores e somam R\$ 1,07 trilhões em valor de mercado, o equivalente a 44,81% do total do valor das empresas com ações negociadas na atual BM&FBovespa, “companhia que administra mercados organizados de títulos, valores mobiliários e contratos derivativos, além de prestar serviços de registro, compensação e liquidação, atuando, principalmente, como contraparte central garantidora da liquidação financeira das operações realizadas em seus ambientes” (BM&FBOVESPA, 2013).

O ISE é gerido por um conselho deliberativo composto por diversas instituições representativas do mercado financeiro e sociedade civil (ABRAPP, ANBIMA, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto

ETHOS, Ministério do Meio Ambiente, PNUMA, IBRACON e GIFE) sob a presidência da BM&FBovespa, que é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice e tem como missão garantir um processo transparente de construção do índice e de seleção das empresas.

Para a composição da carteira 2012, foram convidadas as 183 empresas que detinham as 200 ações mais líquidas da Bolsa em dezembro de 2011. Delas, 45 empresas se inscreveram para participar do processo que consiste em responder a um questionário que aborda sete dimensões: Geral, Natureza do produto, Governança Corporativa, Econômico-Financeira, Ambiental, Social e Mudanças Climáticas, conforme o Quadro 3, restringindo-se a uma evidenciação qualitativa.

Quadro 2 - Dimensões de avaliação do processo de classificação do ISE

Dimensões	Conteúdo
1. Geral	Compromissos com o desenvolvimento sustentável, alinhamento às boas práticas de sustentabilidade, transparência das informações corporativas e práticas de combate à corrupção.
2. Natureza do Produto	Impactos pessoais e difusos dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas, adoção do princípio da precaução e disponibilização de informações ao consumidor.
3. Governança Corporativa	Relacionamento entre sócios, estrutura e gestão do Conselho de Administração, processos de auditoria e fiscalização, práticas relacionadas à conduta e conflito de interesses.
4. Econômico-Financeira,	Políticas corporativas, gestão, desempenho e cumprimento legal.
5. Ambiental	
6. Social	
7. Mudanças Climáticas	Política corporativa, gestão, desempenho e nível de abertura das informações sobre o tema.

Fonte: BM&FBovespa (2013).

Conforme consta do sitio do ISE, o processo de classificação passou a contar, a partir de 2012, com a auditoria e Asseguração da KPMG, procurando aumentar a credibilidade aos seus procedimentos. O questionário tem sido objeto de aperfeiçoamento por meio de consulta pública aos diversos *stakeholders* e da realização de *workshops* pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP (GVces), busca o refinamento e aperfeiçoamento do escopo, da metodologia e dos processos de seleção das empresas.

3 METODOLOGIA

Em face da natureza do problema, o presente estudo caracteriza-se como uma investigação qualitativa, em que se pretende estudar aspectos subjetivos, à luz do que ensina Souza e Baptista (2011). Trata-se de um estudo exploratório, no qual a análise fenomenológica, conforme definida por Goldemberg (2002), é utilizada para captar o significado dos aspectos relatados, face a ausência de padronização dos relatórios estudados que espelha o estado da arte no que se refere à evidenciação de ações social e ambientalmente sustentáveis.

Foram estudados os Relatórios de Sustentabilidade das empresas Vale do Rio Doce S.A e Portugal Telecom S.A, tendo como foco a identificação das ações e os

gastos com elas relacionadas, observadas as contribuições teóricas apresentadas no item 3, em que se procura resgatar o pensamento econômico tanto para a compreensão da importância de entender que a sustentabilidade empresarial vai além dos aspectos financeiros, mas que precisa ser analisada sobre esta perspectiva, quanto para orientar as decisões das pessoas que vivenciam o mundo dos negócios como as demais partes interessadas. Na análise dos relatórios, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, favorita na pesquisa de informação social (GUTHRIE; ABEYSEKERA, 2006).

A escolha das empresas se deu em função delas terem tido seus relatórios classificados como os melhores nos respectivos anos, portanto, com maior conteúdo informacional, não se constituindo, desse modo, instrumentos para comparações, tampouco objeto da análise custo-benefício, delimitando-se o estudo à identificação dos elementos que a proporcionaria tais como Receita Total, Investimento Total, Investimento em Projetos Sociais e Investimentos em Projetos Ambientais.

4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os pontos essenciais na análise dos relatórios de sustentabilidade, levando em conta a necessidade de avaliação da relação custo-

benefício das ações social e ambientalmente responsáveis.

4.1 Vale do Rio Doce S.A.

Trata-se de uma empresa de capital aberto com sede no Rio de Janeiro (RJ), Brasil, com ações negociadas nas Bolsas de São Paulo, Nova Iorque, Hong Kong e Paris. Está presente em 38 países das Américas, África, Europa, Ásia e Oceania, sendo o maior produtor mundial de minério de ferro e pelotas, o segundo maior produtor de níquel e a sua produção destinada à indústria siderúrgica influencia de diversas formas a vida das pessoas e o meio ambiente (VALE, 2012).

Todas as suas atividades são guiadas por uma política de transparência, respeito pelo direito dos acionistas, proteção do meio ambiente, desenvolvimento dos empregados e melhoria da qualidade de vida nas comunidades onde opera. Através da Fundação Vale do Rio Doce, mantêm-se programas sociais focados no desenvolvimento sustentável das regiões onde atua, sempre orientados pelo profundo respeito pelos valores e costumes locais (VALE, 2012).

Nos últimos três anos, a empresa Vale do Rio Doce investiu U\$ 1,1 bilhões em projetos sociais, tendo como foco a educação, saúde, cultura, infraestrutura e promoção do cidadão, e U\$ 2,7 bilhões na

proteção do meio ambiente num programa que inclui sistemas de controle de poluição, proteção de florestas e reprodução de espécies de plantas tropicais. (VALE, 2012)

Em 2011, a empresa auferiu uma Receita Total de U\$ 35.272 milhões e realizou investimentos totais, inclusive aquisições, no montante de U\$ 18.000 milhões. Deles, U\$ 250 milhões, ou seja 1%, foram destinados a Projetos Sociais e Ambientais. Os dados, conforme apresentados no Relatório de Sustentabilidade, a despeito da riqueza de detalhes quanto aos aspectos quantitativos, não permitem ao usuário externo a elaboração de um demonstrativo que consolide informações financeiras sobre os gastos envolvidos (VALE, 2012).

De acordo com o referido relatório, U\$ 1.500 milhões correspondem a Gastos Sociais e Ambientais, sendo U\$ 457,2 relativos a Gastos Sociais e U\$ 1.030 ao Controle e Proteção Ambiental, não sendo identificados, no texto, U\$ 13 milhões que representam 0,01% do total de Gastos Sociais e Ambientais.

Os Gastos com Educação, U\$ 686, superam os Gastos Sociais, portanto, não devem fazer parte deles, tendo sido destinados, no entanto, a treinamentos para combate à corrupção e desenvolvimento de um Guia de Direitos Humanos. (VALE, 2012)

Vários programas ou projetos relatados denotam a existência de gastos anuais incorridos, mas não é possível estabelecer uma relação precisa entre a atividade e os gastos relatados. Isso acontece, por exemplo, quanto aos gastos com o Controle e Proteção Ambiental, tais como: Eficiência energética, Gestão de recursos hídricos, Recuperação de áreas degradadas, Encerramento de minas, Redução de resíduos minerais, Redução de resíduos não minerais; supondo-se, ainda, que eles devam ser adicionados o controle e redução de emissões atmosféricas, referentes ao Projeto *Clean REA* (Redução de Emissões Atmosféricas).

Além da dificuldade de consolidação dos dados financeiros, não foi possível refletir sobre os custos e benefícios da perspectiva financeira de projetos, tais como o *Clean REA* no Canadá, que envolve 2 bilhões e pretende reduzir 70% das emissões de Dióxido de Enxofre (SO_2), cerca de 45 mil toneladas/ano, não se evidenciando qual o impacto financeiro dessa redução para a economia do ambiente.

Um dos pontos altos do relatório, a Matriz de impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, não vem acompanhada de valor relacionado, nem de contrapartidas diretas de benefícios à sociedade. Por exemplo, no que se refere a remoções involuntárias, inevitáveis nas

atividades de mineração, mencionam-se indenizações, mas não o montante, tão pouco o impacto financeiro na vida das famílias removidas.

Em Moçambique, por exemplo, construíram-se e reformaram-se casas e escolas, mas nada foi dito sobre o quanto se gastou, nem mesmo o impacto dessas obras para a economia local. Do mesmo modo, contratações locais não vêm acompanhadas do nível de geração de renda local e *per capita*. Além dessas, outras ações relatadas também não oferecem essa perspectiva de avaliação, como segue:

- Influência na cadeia de valor ou suprimento com aumento progressivo do aumento de biodiesel, reduzindo também as emissões de gases de efeito estufa;
- Apostar em combustíveis renováveis e limpos que reduzem o consumo das energias não renováveis;
- Reaproveitamento da água com instalação de medidores de vazão nas unidades operacionais para monitoração e eliminação de desperdícios;
- Contribuição para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade por meio da recuperação de áreas degradadas;
- Desmobilização de ativos (minas) impactos sociais, ambientais e econômicos, geradores de custos de reabilitação de propriedades, e monitoração de locais recuperados;

- Redução de resíduos não minerais, com a implantação de barragens, diques e pilhas de estéril;
- Reaproveitamento de resíduos da mineração como matéria-prima de outras atividades, incentivando a reutilização e reciclagem e estimulando a economia local.

Embora se tenha observado a limitação da análise sob a perspectiva monetária, é importante observar que o relatório de sustentabilidade representa um enorme avanço no processo de evidenciação das ações social e ambientalmente sustentáveis e, no caso específico em análise, sinaliza intenções e esforço na direção de uma evidenciação plena, como, por exemplo, o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e avaliação que integra as dimensões ambientais, sociais e econômicas.

4.2 Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Trata-se de uma Sociedade aberta, com Capital Social no montante de 26.895.375 euros, sediada em Lisboa, Portugal. As designações “PT”, “Grupo Portugal Telecom”, “Grupo PT”, “Grupo” e “Empresa” referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas. O seu relatório de sustentabilidade empresarial foi elaborado de acordo com as diretrizes

da *Global Reporting Initiative*, G3.1 no nível A+, bem como os indicadores relacionados com o setor das telecomunicações.

No Relatório de Sustentabilidade 2012, encontra-se referência a projetos de inovação com impactos positivos ambientais e sociais, sendo a Sustentabilidade Ambiental dedicada à “avaliação de desempenho de um algoritmo energeticamente eficiente para *handover macro-femto* de acesso híbrido em ambientes urbanos com grande densidade de *Access Points*; melhoria da eficiência energética em redes de celulares através da cooperação entre RATs (Projeto C2POWER), *Green Terminals for Next Generation Wireless Systems* (Projeto GreenT)” (PT, 2013, p.59) e a Sustentabilidade Social dedicada à “melhoria do acesso a conteúdos e serviços em países em desenvolvimento; Pilotos em África na área de saúde, agricultura e reflorestação (Projeto VOICES); cuidados primários para serviços AAL (*Ambient Assisted Living*), no Projeto AAL4ALL; criação e aprovisionamento de serviços em ambiente “Internet das Coisas” na área da saúde.”

Corroborando com as afirmações de Mendes e Sardinha (2009), o Relatório da PT 2012 revela maior preocupação com o Marketing, a exemplo do que se percebe na seguinte afirmação:

As Tecnologias de Informação e Comunicação permitem aos consumidores - indivíduos e empresas - realizarem várias poupanças (económicas e ambientais), participarem mais ativamente na sociedade, terem acesso a serviços educativos e/ou de saúde a partir de locais remotos, encontrar informação, etc.

A PT é uma operadora consciente deste seu contributo nos processos económicos e nas vidas das pessoas, por isso disponibiliza no mercado uma vasta oferta, respondendo aos diferentes desafios que a sociedade enfrenta. Estas soluções de mercado na área das TIC têm vindo a ser continuamente renovadas no sentido de se tornarem cada vez mais sustentáveis, ambiental e socialmente. (PT, 2013, p.61)

São encontradas informações sobre faturamento e custos de produção, mas sobre os demais aspectos são apresentados dados quantitativos de natureza físico-operacional, tais como reclamações de clientes.

São informadas a existência de projetos relacionados a Produtos e serviços ambientalmente amigáveis, como MEO Energy e MEO Auto StandBy, a redução de consumo de energia e CO₂, a Recuperação e reutilização de equipamentos, Embalagens ecológicas, Oferta *cloud services*; Produtos e serviços socialmente responsáveis; Serviços de saúde e bem-estar Sistema Integrado de Gestão de Doença Crónica, o SIGDC; Soluções de Educação; Soluções adequadas a serviços públicos; Iniciativas de racionalização de consumo de energia e de emissões de CO₂; Relações laborais e

direitos humanos; Espaços de refeição; Apoio aos estudos dos filhos de colaboradores; Celebrar a natalidade; Campos de férias para os filhos dos colaboradores; Apoio social a colaboradores; Voluntariado em família; *Bookpoint* – Literacia; Vantagens na aquisição de serviços e produtos.

No campo da preservação ambiental e combate às alterações climáticas, apresentam-se as áreas de intervenção em curso em termos de:

- Infraestrutura - Utilização de energias renováveis; Descontinuidade de redes tradicionais; Alavancagem das redes de nova geração fixa e móvel; Partilha de antenas; Integração paisagística dos equipamentos e edifícios exteriores; Utilização de revestimento termoprotetor em edifícios; Sistemas de climatização inteligentes; Monitorização de consumos de energia e emissões; Seleção de equipamentos de baixa dependência energética;

- Edifícios - Certificação de edifícios; Sistemas de iluminação de elevada eficiência energética; Utilização de energias renováveis; Sistemas de climatização inteligentes; Monitorização de consumos de energia e emissões; Seleção de equipamentos de baixa dependência energética e foco na reutilização; Utilização de *smart grids*; Utilização de materiais reciclados; Segmentação e

encaminhamento de resíduos; Temporizadores de água e sistemas de reaproveitamento;

- Oferta comercial - Fatura eletrônica, Portal de clientes – virtualização do relacionamento corrente; Equipamentos com atributos de eficiência energética e ambientalmente amigáveis; Serviços indutores da redução de pegada de carbono; Aplicações de monitorização de consumos energéticos; Guiões de utilização adequada dos equipamentos e dos serviços e de reencaminhamento para reciclagem; Armazenamento virtual de informação e conteúdos de clientes nos *data centres* da PT; Dinamização de comportamentos ambientalmente amigáveis.

No campo da Eficiência energética e ecológica, apresentam-se medidas da redução do consumo de energia e das emissões de CO₂, relacionadas fundamentalmente com o desligamento da rede analógica de televisão.

Conforme explicita o trecho a seguir :

Os conteúdos do relatório resultam de um processo de identificação dos temas de sustentabilidade mais relevantes para a atividade da empresa e para as suas partes interessadas. Este processo envolve anualmente um conjunto de análises, nomeadamente: análise interna dos temas mais relevantes para a empresa, análise de temas e práticas de sustentabilidade ao *peer group*, informação resultante de mecanismos de diálogo e consulta a *stakeholders* estratégicos, tendências

evidenciadas pelas análises realizadas no âmbito de índices de sustentabilidade e outros *standards* que a empresa segue (DJSI e FTS E4GOOD, e outros) (PT, 2013, p.192).

O relatório classificado pela GRI como de Nível de aplicação A+, que indica que a empresa cumpriu todas os requisitos de evidenciação das suas ações de sustentabilidade e ainda o submeteu a um processo de verificação e de *assurance* externa, não deixa dúvidas quanto à existência de preocupação e engajamento institucional na solução das questões socioambientais, tendo como principal *stakeholder* o acionista e, de forma mais discreta, os seus colaboradores. Mesmo para eles, não se observa a evidenciação de informações financeiras que lhes permitam realizar análises custo-benefício das referidas ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas utilizam diferentes meios para se comunicarem com a sociedade e, dada a importância das questões sociais e ambientais, o relatório de sustentabilidade contribui para o fortalecimento dessa comunicação e acompanhamento dessas questões, tendo aumentado a relevância que as empresas atribuem à sua publicação.

Face à necessidade de reconhecer e evidenciar os gastos que são atribuíveis às ações sociais e ambientais, de modo a

permitir investigar uma possível relação de causa e efeito entre custos e benefícios da empresa sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental, o presente estudo tem como objetivo identificar a contribuição dos relatórios de sustentabilidade para a análise de custos e benefícios das ações das empresas sustentáveis. Para tanto, analisou-se o Relatório de Sustentabilidade 2011 da Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa global com sede no Brasil, a maior empresa das que compõem o ISE-BOVESPA, e o Relatório de Sustentabilidade 2012 da Portugal Telecom, uma grande empresa portuguesa do segmento das telecomunicações; por terem tido, nos respectivos anos, seus relatórios classificados como os melhores do mercado.

São documentos de alto nível de qualidade informativa que observam todos os requisitos recomendados pelo GRI. No entanto, procurando neles subsídios para uma análise consubstanciada nos aspectos monetários que traduzissem a essência dos negócios, observou-se a divulgação de números contábeis, mas, a partir deles, não foi possível uma desejável análise custo-benefício das ações sustentáveis, sociais e ambientais, desenvolvidas pelas empresas objeto de estudo.

Tratando-se de um estudo qualitativo e limitado a dois estudos de

caso e análise de alguma revisão bibliográfica existente, não se pretende a generalização dos resultados, mas lançar alguma contribuição para novos processos de investigação sobre o tema, com vista a encontrar modelos de mensuração e de gestão que propiciem uma visão pragmática das ações pró-sustentabilidade social e ambiental no mundo dos negócios, implicando a verificação dos relatórios de sustentabilidade, o aumento do rigor e credibilidade dos instrumentos de estimativa, o que constitui um grande desafio, especialmente para as pequenas e médias empresas.

Analizar e discutir o modo como economistas e gestores pensam, contabilizam e divulgam a informação da realidade é uma tarefa central para a definição e desenvolvimento de ações de sustentabilidade econômica, social e ambiental, que organismos internacionais, planos nacionais e empresas incitam a promover. É importante a formação e a prática dos profissionais na implementação das estratégias de desenvolvimento sustentável e na melhoria dos instrumentos de mensuração, decisão, gestão e difusão do paradigma da sustentabilidade. Para gerar sustentabilidade nos negócios e na sociedade e trabalhar efetivamente para uma economia global inclusiva e sustentável, é necessário não só desenvolver as competências dos

profissionais da área, como igualmente enfatizar a responsabilidade social de todos os agentes e instituições envolvidas, constituindo-se, destarte, um desafio para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- BM&FBOVESPA. *Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE*. Disponível em:
<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>. Acesso em: 22 maio 2013.
- BURGENMEIER, Beat. *Economia do desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Instituto Piaget, (título original: *Économie du développement durable*, trad. Ana André 2005.
- CLEMENTE, Ana Gisbert; LUNARDI, Vitória Regina. A evolução da RSC no Brasil entre as Empresas Listadas na Bovespa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. Brasília, v. 6, n.1. p. 90-111. jan./mar., 2012. Disponível em: www.repec.org.br. Acesso em: 15 abr. 2013.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Livro Verde*. Bruxelas, (COM-2001-366) 2001.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas, (COM, 2010 - 2020 final), 2010.
- CRANE, A., MATTEN, D., McWILLIAM, A., MOON, J., SIEGEL, D. *Oxford handbook of corporate social responsibility*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DALY, H. E.; FARLEY, J. *Ecological economics: principles and applications*. Washington, D. C.: Island Press, 2004.

DAUB, C. H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, v. 15, p. 75-85, 2007.

DEEGAN, C. The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 15, n. 3. p. 282-312, 2002.

ENQUIST, B.; JOHNSON, M.; SKALEN, P. Adoption of corporate social responsibility – incorporating a stakeholder perspective. *Qualitative Research in Accounting & Management*, v. 3, n.3, p. 188-207, 2006.

FAUCHEUX, S.; O'CONNOR, M. (eds.). *Valuation for sustainable development. Methods and policy indicators*. Cheltenham: Edward Elgar, 1998.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 6. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Sónia Ferreira. *Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas Portuguesas – Uma visão sobre o estado da arte e a percepção dos Revisores Oficiais de Contas*. Leiria, Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Instituto Politécnico de Leiria, 2012.

GUENTHER, E.; HOPPE, H.; POSER, C. Environmental corporate social responsibility of firms in the mining and oil and gas industries. Current status quo of reporting following GRI guidelines. *Greener Management International*, 53, p. 7-25, 2007.

GUEVARA, A. J. Hoyos; SILVA, J. U.; RODRIGUES, M. C. ; ROSINI, A. M. (Orgs.). *Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUTHRIE, J.; ABEYSEKERA, I. Content analysis of social, environmental reporting: what is new? *Journal of Human Resources Costing & Accounting*, v.10, n. 2, p. 114-126, 2006.

HARTMAN, L. P.; RUBIN, R. S.; DHANDA, K. K. The Communication of Corporate Social Responsibility: United States and European Union Multinational Corporations. *Journal of Business Ethics*, v. 74, p. 373-389, 2007.

JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: exploring trends in social and environmental disclosure. *Journal of Cleaner Production*, v. 14, n. 3-4, p. 271-284, 2006.

KOLK, A. A decade of sustainability reporting: developments and significance. *International Journal of Environment and Sustainable Development*, v. 3, n. 1, p. 51-64, 2004.

KPMG. *KPMG international survey of corporate responsibility reporting 2011. The definitive snapshot of CR reporting*. 2011.

LASLO, Chris. *A empresa sustentável*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. (Original *The Sustainable Company*, trad. Rui Alberto Pacheco) 2003.

MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Emanuelle Cristine de; ALMEIDA, Fernanda Maria de; SANTANA, Gislaine Aparecida da Silva. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e desempenho financeiro das

empresas do setor de papel e celulose. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 95-112, set./dez. 2012.

MENDES, André; SARDINHA, Idalina D. Eficácia dos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas. *Cadernos Sociedade e Trabalho. Responsabilidade social das organizações*. Lisboa: GEP/MTSS, p. 11-27, 2009.

MUELLE, Charles C. *Os economistas e as relações entre o sistema económico e o meio ambiente*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, Finatec, 2007.

MURPHY, D.; McGRATH, D. ESG reporting class actions, deterrence, and avoidance. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 4, n. 2, p. 216-235, 2013.

NEVES, Beatriz Santos Fadlalah; MARTINEZ, Antonio Lopo; NOSSA, Valcemiro. Planejamento Tributário e as Práticas de Responsabilidade Social Corporativa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 7-23, set./dez. 2012.

O'DWYER, B.; OWEN, D.; UNERMAN, J. Seeking legitimacy for new assurance forms: the case of assurance on sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, v. 36, n. 1, p. 31-52, 2011.

OECD. *Towards Green Growth*. OECD Publishing, 2011.

PORTER, M.; VAN DER LINDE, C. Green and competitive. Ending the stalemate. *Harvard Business Review*, v. 73, n. 5, p. 120-134, 1995.

PORTER, M.; KRAMER, M. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, Boston, p. 78-92, Dez. 2006.

PORUTAL TELECOM . PT. *Relatório de Sustentabilidade 2012*. Lisboa, 2013.

RAMOS, M. Conceição Pereira. Training, employment and new competences for a sustainable development. *Review of International Comparative Management*, Bucharest, ASE, v. 2, n. 9, p. 15-32, 2008.

RAMOS, M. Conceição Pereira. Ambiente, Educação e Interculturalidade. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Universidade Federal de Sergipe (UFS), n. 8, p. 27-39, jan./jul. 2012.

RIBEIRO, Maisa de Souza. *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAVITZ, Andrew W. e WEBER, Karl. *A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental*. 3ª reimpressão. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra, do original The Triple Bottom Line. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCHWARTZ, H. *Perspectivas ecológicas em economia*. Lisboa: Celta, 2005.

SEGANTINI, Giovanna T. *Análise da relação entre condutas ambientais das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial e o seu desempenho econômico*. Dissertação de Mestrado da Universidade de Brasília, Natal, 2012.

SOUZA, Maria José; BAPTISTA, Cristina Sales. *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios: Segundo Bolonha*. Lisboa : Lidel, 2011.

SUTANTOPUTRA, A. Social disclosure rating system for assessing firms' CSR reports. *Corporate Communications: An International Journal*, v.14, n.1, p. 34-48, 2009.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *The Future We Want*. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>, acesso em: 21 maio 2013.

_____. *Charter Of The Group Of Friends Of Paragraph 47 On Corporate Sustainability Reporting*, disponível em: <https://www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/para47/Group-of-Friends-of-Paragraph-47-Charter.pdf>, acesso em: 10 dez. 2012.

VALE DO RIO DOCE. *Relatório de Sustentabilidade 2011*. Disponível em: www.vale.com.br acesso em: 20 dez. 2012.

VEIGA, J. E. Indicadores de Sustentabilidade. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.

VIVIEN, F.-D. *Économie et écologie*. Paris: La Découverte, 1994.

ZÉGHAL, D.; AHMED, S. A Comparison of Social Responsibility Information Disclosure Media used by Canadian Firms. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 3, n. 1, p. 38-53, 1990.